

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.686.950 - PE (2017/0179941-5)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE
PERNAMBUCO-HEMOPE
ADVOGADOS : UBIRAJARA LOPES CARVALHO E OUTRO(S) - PE005575
JEOVANI RODRIGUES NEIVA - PE026263
LAURENE ÁUREA LUCENA TAVARES DE MELO - PE011645
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : OS MESMOS
RECORRIDO : JOSÉ AMARO DOS SANTOS
ADVOGADOS : ROBERTA LUNA CERQUEIRA - PE000925B
SANDRO ROBERTO BELTRÃO FARIAS E OUTRO(S) -
PE023006

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 1.265-1.266):

Processual Civil e Civil. Recurso do autor ante sentença que julga improcedente ação de reparação de danos morais e materiais/além de pedido de fixação de pensão os setenta anos, à mingua da total falta de prova de que o Autor [hemofílico] tenha até se contaminado nas transfusões de sangue que recebeu no HEMOPE, com produtos médicos contaminados, fornecidos por qualquer órgão ou entidade da União, f. 692.

O primeiro apelo é do HEMOPE, f. 454-474, a atroar preliminar de cerceamento de defesa, f. 458, à mingua de perícia, temática, aliás; que faltou na peça contestatória, f. 213-237, de modo a ter como preclusa a matéria, além do que o juízo de primeiro grau considerou, mercê da documentação acostada aos autos, ser a parte autora portadora de Hepatite C, f. 432.

Rejeito, assim, a preliminar em foco.

A outra preliminar se liga a legitimidade passiva do Estado de Pernambuco, que foi afastada pelo douto julgador, f. 429, levando em conta que o Hemope já representa o Estado de Pernambuco.

A terceira, se liga a ilegitimidade passiva da recorrente, f. 429, que foi rejeitada na r. decisão, f. 429, inclusive calcada em precedentes, desta Corte, f. 429. Não há motivo para rever, tal posicionamento, sobretudo porquê os atos, aqui discutidos, materializados na contaminação, ocorreram no interior do referido Hemope.

Não há preliminar atroada pelo autor, f. 488.

Já a União alevanta a preliminar de prescrição, f. 1122, que foi rejeitada pela douta sentença/f. 431, ao considerar que a ciência inequívoca da transmissão da doença se deu em novembro, de 2003, f. 431, entendimento que se casa com o posicionamento do Pleno em diversas ocasiões, de maneira que,

Superior Tribunal de Justiça

também neste item, não há como nadar contra a correnteza da sentença atacada.

A outra preliminar da União, f. 1125, a apregoar a nulidade da sentença, por ausência de dilação probatória, também não prospera, se constituindo em matéria que não foi inserida na peça contestatória, f. 362-382. A dilação probatória se dirige a demonstração da condição de portador de Hepatite C do autor, matéria que a doughta decisão já tinha enfrentado e rejeitado, f. 432.

No mérito, a transfusão de sangue sofrida pelo autor, portador de hemofilia, no HEMOPE, resultou na Hepatite C, ficando este e a União, pelo seu dever de fiscalização (vencido o relator) com a obrigação de indenizá-lo em danos morais, fixados em R\$ 30.000,00, e em pensão mensal até completar o autor a idade de setenta anos (por maioria), mantendo-se a condenação dos demandados em honorários advocatícios no total de R\$ 2.000,00, fixados na sentença (vencido o relator, acompanhado pelo des. Rubens Canuto, que aumentava para R\$ 10.000,00).

Provimento parcial do recurso do autor, da União e do HEMOPE.

A recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, que o aresto recorrido violou o disposto nos arts. 200, I, da CF/1988 e 4º e 5º da Lei n. 4.701/1965.

Defende que a União é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda, pois tinha a responsabilidade de fiscalizar os órgãos executores da atividade hemoterápica.

As contrarrazões foram apresentadas à e-STJ, fl. 1.320.

O Ministério Público opinou pelo não conhecimento do recurso especial (e-STJ, fls. 1.459-1.466).

Decido.

Não há interesse recursal, porquanto a pretensão da recorrente já foi acolhida pelo acórdão impugnado, não obstante o em. relator do feito na instância origem tenha ficado vencido quanto ao ponto.

A Corte regional, majoritariamente, reconheceu a responsabilidade da União no âmbito da presente ação indenizatória, o que torna desnecessário o presente recurso.

Como bem pontuou o parecer ofertado pelo *Parquet* (e-STJ, fls. 1.462-1.463):

O recurso especial sequer deve ser conhecido, pois, ao contrário do que diz o recorrente, não houve a exclusão da UNIÃO da lide. Embora o acórdão impugnado contenha fundamentos acerca da inviabilidade de responsabilização da UNIÃO pela contaminação do recorrido, a tese exposta pelo relator não prevaleceu. A turma julgadora, conforme registrado ao final do voto vencido, decidiu que a obrigação de indenizar deve recair sobre o HEMOPE e a UNIÃO, de forma solidária. Vale conferir o desfecho do julgado:

“[...] Por este entender, dou provimento ao apelo do autor, na forma já explicitada, excluindo a União da condenação, à minguia de falta

Superior Tribunal de Justiça

de participação no fato que originou a contaminação do apelante. É como voto.

[...] No dia seguinte, no julgamento prolongado, a Turma reunida, por maioria, admitiu a condenação dos réus – HEMOPE e União – ao pagamento dos danos morais, no valor de R\$ 30.000,00, e condenação no pagamento da renda mensal até os setenta anos no valor de cinco salários mínimos. [...] Fiquei, no final, vencido em dois tópicos. O primeiro se liga a condenação da União dada a sua responsabilidade na fiscalização das operações de transfusão de sangue e hemoderivados, e, o segundo, na manutenção dos honorários advocatícios no valor de R\$ 2.000,00, como fixado na sentença.

Por este entender, reiterando o voto destacado, com a exclusão da condenação dos réus em danos materiais, dou provimento parcial ao recurso do autor para condenar os réus em danos morais, no valor de R\$ 30.000,00, e para pagar ao demandante pensão mensal vitalícia na quantia de cinco salários mínimos, até este completar setenta anos, e, por outro lado, nego provimento ao recurso da União, para mantê-la na lide, dividindo com o HEMOPE a condenação imposta, e, por fim, mantenho a condenação em honorários advocatícios, a favor do autor, em R\$ 2.000,00, a ser dividido entre os réus. [...]” (e-STJ, fl. 1263, g. n.)

Vê-se que a manutenção da UNIÃO na lide, assim como o reconhecimento do seu dever de indenizar, torna insubsistente a inconformação do HEMOPE, relativa à pretensa “exclusão da União do polo passivo da presente ação” (e-STJ, fl. 1276). Logo, é evidente a falta de interesse recursal, motivo por que não se deve conhecer da impugnação.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator